

Covid-19: Moza Banco "estatal" apoia instituição de saúde privada em detrimento de hospitais públicos

Ignorando que as unidades sanitárias públicas possuem apenas 34 ventiladores pulmonares para os 30 milhões de moçambicanos o Moza Banco, salvo da falência com dinheiro do povo, doou milhares de dólares a uma instituição de saúde privada para "apoiar no atendimento aos pacientes ligados à pandemia da covid-19".

Texto: Redacção



"O Moza Banco doou 50 mil dólares, equivalentes a 3.340.000 meticais, ao Instituto do Coração, para apoiar no atendimento aos pacientes ligados à pandemia da covid-19", refere um comunicado da instituição bancária que foi resgatada da falência graças a dinheiro público injectado pelo Banco de Moçambique, diga-se num processo pouco transparente.

Embora seja uma instituição sem fins lucrativos o ICOR é uma instituição de saúde privada onde grande parte da classe média alta nacional e estrangeira procura atendimento médico que é banco a preços de mercado.

Aliás o paciente zero da covid-19 em Moçambique, um cidadão membro da elite política nacional, em vez de dar o exemplo de procurar atendimento numa das muitas unidades hospitalares públicas que estão preparadas para atender os infectados pelo novo coronavírus dirigiu-se justamente para esta instituição de saúde privada.

Enquanto o banco que vive de fundos estatais apoia uma instituição de saúde privada mais de 60 por cento das unidades sanitárias pública não tem sequer capacidade para prestar serviços básicos de cirurgia.

Importa recordar que desde que a pandemia da covid-19 foi detectada em Moçambique apenas um empresário chinês, seguradora estatal, um banco privado em uma fundação taiwanesa prestaram-se a apoiar o Ministério da Saúde. Nenhum das multinacionais ou alguma das 100 maiores empresas fez qualquer tipo de doação ou apoio a prevenção e combate do novo coronavírus no nosso país.

11 casos suspeitos de covid-19 na Cidade de Pemba, desconhecidos todos contactos dos novos infectados em Moçambique



As autoridades de saúde ainda não localizaram todos os contactos dos novos casos de infecção pelo covid-19 em Moçambique. "Em relação a questão do mapeamento dos contactos esse é um trabalho aturado que está a ser realizado", admitiu o director-geral adjunto do Instituto Nacional de Saúde revelando que os onze casos suspeitos identificados na Cidade de Pemba ainda não foram testados. Entretanto a petrolífera Total esclareceu ao @Verdade que as suas operações não foram encerradas na Província de Cabo Delgado.

Texto: Adérito Caldeira

continua Pag. 02 →

Covid-19: INP disponível "para reduzir o impacto da desaceleração da implementação dos projectos" de gás natural

No seguimento do adiamento da Decisão Final de Investimento (DFI) da ExxonMobil no projecto Rovuma LNG o Instituto Nacional do Petróleo (INP) declarou ao @Verdade estar disponível a "prestar todo o apoio necessário às companhias que operam em Moçambique, facilitando as condições necessárias para reduzir o impacto da desaceleração da implementação dos projectos" de gás natural.

Texto: Adérito Caldeira

A petrolífera norte-americana que lidera o projecto de exploração de gás natural nos campos de Mamba e Prosperidade, nas Áreas 1 e 4 da Bacia do Rovuma, anunciou na passada terça-feira (07) que devido à queda dos preços do petróleo e derivados, provocada pelo excesso de oferta e baixa procura surgido com a pandemia de covid-19, decidiu adiar a sua DFI prevista para finais de 2020.

Contactado pelo @Verdade o Instituto Nacional do Petróleo começou por assinalar que a Decisão Final de Investimento "é tomado pelos investidores tendo sempre em conta as condições objectivas (mercado e outros)".

"O adiamento da tomada da Decisão Final de Investimentos terá como consequência imediata o atraso do início na implementação do Projecto Rovuma LNG e exportação de GNL, inicialmente prevista para 2025 (início da primeira produção)", esclareceu ao @Verdade o INP que

reconheceu que "para a implementação deste projecto, os investidores dependem de condições do mercado que para além da covid-19 caracteriza-se por uma queda acentuada do preço de petróleo no mercado internacional".

O regulador do sector de hidrocarbonetos em Moçambique acrescentou: "Neste contexto, as autoridades continuarão a acompanhar de perto o desenrolar dos acontecimentos e prestar todo o apoio necessário às companhias que operam em Moçambique, facilitando as condições necessárias para reduzir o impacto da desaceleração da implementação dos projectos".

A Total Moçambique, que lidera o projecto Mozambique LNG de exploração de gás natural no campo Golfinho/Atum na Área 1 da Bacia do Rovuma, e que para além dos efeitos globais está a lidar com trabalhadores doentes nas suas instalações na Província de Cabo Delgado deixou

claro ao @Verdade nesta quinta-feira (09) que "possui planos de continuidade de negócios para garantir que o impacto sobre o projecto advindo de uma situação como esta seja mitigado o máximo possível".



Não é conhecido o impacto desta pandemia e da crise económica que daí surgiu na implantação da fábrica flutuante que a petrolífera italiana Eni está a construir para extrair gás natural no campo de Coral Sul, na Área 4 também da Bacia do Rovuma.

Diga-nos quem é o XICONHOCA da semana

Escreva um E-Mail para averdademz@gmail.com



A verdade em cada palavra.

Para estar sempre actualizado sobre o que acontece no país e no globo siga-nos no

twitter.com @verdademz



→ continuação Pag. 01 - 11 casos suspeitos de covid-19 na Cidade de Pemba, desconhecidos todos contactos dos novos infectados em Moçambique

Mais 16 casos suspeitos de covid-19 foram testados em Moçambique e nenhum acusou positivo, todavia o Instituto Nacional de Saúde (INS) ainda não recebeu as amostras dos onze cidadãos residentes na Cidade de Pemba que estiveram em contacto com o 10º paciente que foi infectado pelo novo coronavírus num dos acampamentos da petrolífera Total na Península de Afungi.

“Em relação aos 16 testados nas últimas 24 horas, estas amostras não estão relacionadas com a investigação em curso na Província de Cabo Delgado. A equipa de epidemiologistas que se deslocou a Cabo Delgado tinha a sua previsão para regressar a Maputo ontem (quarta-feira, 08) com as onze amostras (dos casos suspeitos na Cidade de Pemba), devido a necessidade de dar seguimento a alguns aspectos relacionados com os casos positivos que reportamos ontem só irá regressar a Maputo hoje e iremos partilhar os resultados amanhã”, explicou o director-geral adjunto do INS.

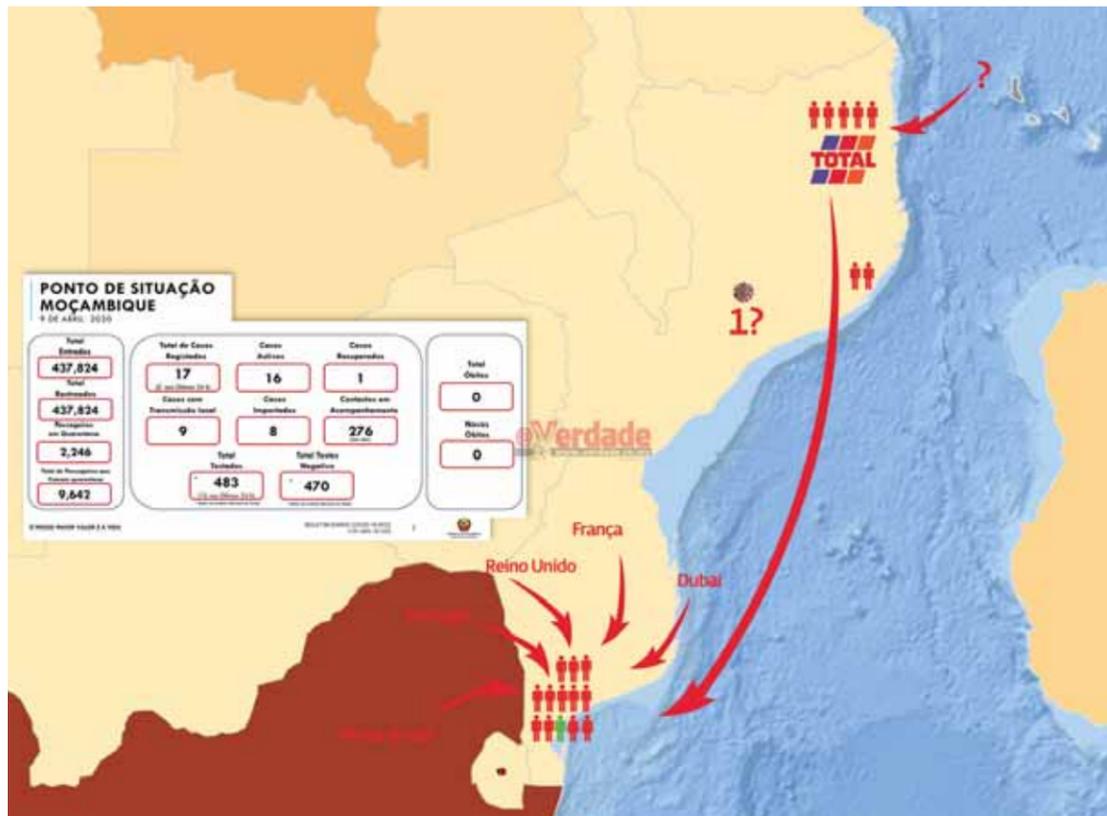
O Dr. Eduardo Samo Gudo Júnior admitiu que neste momento é desconhecido o cumulativo total dos novos contactos dos seis novos pacientes de covid-19 que contraíram o vírus nas instalações da petrolífera

Total. “Em relação a questão do mapeamento dos contactos esse é um trabalho aturado que está a ser realizado com apoio das autoridades locais, temos cinco casos em Afungi e um caso em Maputo, as autoridades sanitárias da Cidade de Maputo e da Província de Cabo Delgado, com apoio dos epidemiologistas do Instituto Nacional de Saúde, estão neste momento a fazer o levantamento da rede de contacto destes indivíduos e nós iremos partilhar regularmente os números actualizados desses contactos”.

Apesar dos trabalhadores infectados e outros em quarentena Total não suspendeu actividades na Província de Cabo Delgado

Confrontado com uma notícia do jornal Diário da Zambézia da existência de um cidadão jovem, recentemente regressado da Península de Afungi, com um quadro suspeito de covid-19 e em quarentena domiciliar no Município de Mocuba o director-geral adjunto do Instituto Nacional de Saúde apenas disse que “trabalho está a ser feito para identificar a rede de contactos dos infectados”.

O Boletim diário de vigilância de covid-19 indica que exis-



tiam nesta quinta-feira (09) 276 contactos dos 16 infectados activos em acompanhamento. O documento do Ministério da Saúde refere ainda que 2.246 cidadãos estão em quarentena domiciliar no nosso país.

Entretanto a Total Moçambique, petrolífera que lidera o projecto Mozambique LNG de explora-

ção de gás natural na Área 1 da Bacia do Rovuma, esclareceu ao @Verdade que apesar dos trabalhadores infectados e outros em quarentena não suspendeu as suas actividades na Província de Cabo Delgado.

“A Total Moçambique possui planos de continuidade de negócios para garantir que o im-

pacto sobre o projecto advindo de uma situação como esta seja mitigado o máximo possível. É difícil prever como a situação vai evoluir, mas até hoje continuamos no caminho certo. No local do projecto, estamos focados em actividades essenciais, incluindo segurança, logística e planeamento futuro”, disse a petrolífera ao @Verdade.

Governo corta para 7 mil professores primários a serem contratados em 2020

O Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano (MINEDH) esperava contratar este ano 11.595 novos professores primários, para pelo menos manter o rácio de 65 alunos por turma, porém o Governo Filipe Nyusi decidiu que só vai contratar cerca de 7 mil.

Texto: Adérito Caldeira



Em meados de Janeiro o MINEDH anunciou a sua expectativa de contratar 11.595 professores para leccionarem nas 13.116 escolas primárias onde iriam estudar 7.084.489 alunos como forma de reduzir ligeiramente, a nível nacional, o rácio aluno professor para 64,5, dos actuais 65.

Porém o @Verdade apurou na Proposta de Plano Económico e Social que o Governo cortou essa expectativa e só vai admitir 7.639 docentes primários em 2020 o que deverá voltar a aumentar o rácio professor por cada turma.

O @Verdade descortinou que serão contratados 337 professores primários para a Província de Niassa, 528 para a Província de Cabo Delgado, 1.420 para a Província de Nampula, 1.711 para a Província da Zambézia (1.711), 826 para a Província de Tete, 574 para a Província de Manica, 603 para a Província de Sofala, 633 para a Província de Inhambane, 418 para a Província de Gaza, 360 para a Província de Maputo e ainda 189 para a Cidade de Maputo.

Governo não sabe quantas empresas mandou encerrar durante o Estado de Emergência mas deixa claro “INSS não vai pagar salários”

O Governo de Filipe Nyusi não sabe quantas empresas mandou encerrar desde 1 de Abril por força do Estado de Emergência para prevenção da pandemia do novo coronavírus em Moçambique nem quantos trabalhadores formais estão na iminência de ficar sem a sua remuneração mensal. Nenhum apoio foi anunciado para estas empresas e trabalhadores, mas o Inspector Geral do Trabalho deixou claro: “Não podemos imputar a responsabilidade de pagamento dos salários ao INSS”.

Texto: Adérito Caldeira

O Inspector Geral do Trabalho, Joaquim Siúta, não soube responder ao @Verdade quantas discotecas, salas de jogos, bares, ginásios desportivos, piscinas públicas, empresas de organização de eventos festivos e até de funerais foram forçadas a encerrar com a entrada em vigor do Estado de Emergência em Moçambique.

Não existem estatísticas oficiais deste sector, contudo os Boletins de Estatística do Trabalho produzidos trimestralmente pelo Ministério do Trabalho e Segurança Social indicam que entre 2018 e 2019 pelo menos 19 mil empregos foram criados no sector de restauração e afins.

“Em relação a casos em que as empresas obrigatoriamente tiveram que fechar as suas actividades temos todos que entender que esta é uma responsabilidade de todos prevenirmos esta doença, este é um mal maior. Não podemos imputar a responsabilidade de pagamento dos salários ao INSS”, declarou Joaquim Siúta.

Falando em conferência de imprensa em Maputo o Inspector Geral do Trabalho indicou que “217 empresas comunicaram ao Ministério (do Trabalho) que estão sendo afectadas pela pandemia, dessas 16 decidiram conceder férias colectivas



aos seus trabalhadores, oito rescindiriam contratos mas pagando as indemnizações conforme estabelecido pela lei, cinco estão a optar pela laboração no regime de teletrabalho”.

“Temos o caso de três empresas que optaram pela redução da carga horária, também temos duas empresas que reestruturaram o seu horário de trabalho e estão a laborar em regime de rotatividade, as restantes optaram pela suspensão dos contratos de trabalho. De acordo com a Lei do Trabalho no 1º mês paga 75 por cento da remuneração, no 2º mês 50 por cento e no 3º mês 25 por cento da remuneração. A maior parte das empresas estão a optar pelo regime de suspensão do contrato de trabalho, pagando as remunerações de forma parcelada”, detalhou.

representante do Ministério do Trabalho e Segurança Social enfatizou que: “o Instituto Nacional de Segurança Social não paga salários, o INSS paga os subsídios por doença no caso de impedimento por doença provado por um atestado médico emitido pelas autoridades de Saúde”.

Aproveitando a ocasião Joaquim Siúta anunciou que diante do “risco da interrupção de trabalho por doença, bem como por morte de trabalhador inscrito da Segurança Social o Governo decidiu perdoar o pagamento de multas e juros de mora a empresas devedoras de contribuições que regularizarem a sua situação. Neste momento temos muitos processos pendentes, aguardando o pagamento de prestações de Segurança Social”.

Nove dias após a declaração do Estado de Emergência, que muito provavelmente será prolongada para lá do dia 30 de Abril, o Governo ainda não anunciou nenhuma medida específica para apoiar as milhares de Micro, Pequenas e Médias Empresas formais que forçou o seu encerramento nem garantir a subsistência de dezenas de milhares de trabalhadores que tem, por enquanto, emprego formal.

ANUNCIE AQUI
todos os dias

Contacta os nossos serviços comerciais
pelo e-mail averdademz@gmail.com

@Verdade
O Jornal mais lido em Moçambique.

Transportadores de carga de/para Moçambique não podem sair da cabine senão devem cumprir quarentena pelo covid-19

Durante o Estado de Emergência em Moçambique os transportadores rodoviários internacionais de bens alimentares, medicamentos, material de biossegurança, testes de diagnóstico e outros produtos essenciais continuam a operar no entanto se desembarcarem terão "de cumprir 14 dias de quarentena" para evitar a propagação da covid-19.

Texto: Adérito Caldeira

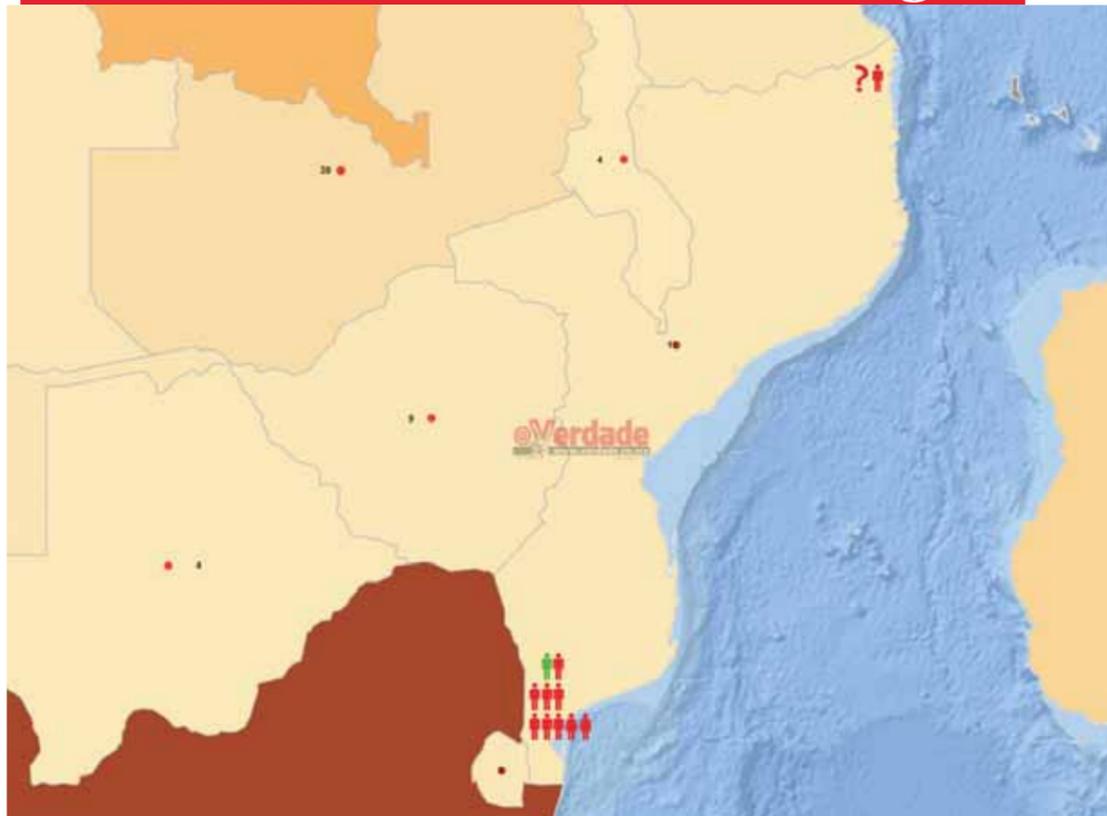


O director Nacional dos Transportes e Segurança do Ministério dos Transportes e Comunicações esclareceu que embora durante o Estado de Emergência em Moçambique os transportadores rodoviários internacionais de bens alimentares, medicamentos, material de biossegurança, testes de diagnóstico e outros produtos essenciais continuem a operar existem requisitos específicos para a actividade particularmente de/para África do Sul, Zimbabwe e Malawi.

"A operação rodoviária de transporte de mercadorias ela prevalece, para além de um permit de autorização que permite a este operador realizar esta actividade é preciso ter uma credencial. É exigido uma factura e/ou um recibo do fornecedor dando conta de que existe carga para trazer de território alheio para Moçambique, isto por forma a evitar que tenhamos transportadores a fazer o cruzamento de fronteiras para ir fazer a prospecção de mercadoria o que o colocaria em exposição (ao covid-19)", explicou em conferência de imprensa no passado sábado (04) Cláudio Zunguze.

O director Nacional dos Transportes e Segurança do Ministério dos Transportes e Comunicações acrescentou que "a tripulação dos veículos de transporte de carga está a ser solicitada a presença de apenas 1 condutor que não colocar-se em exposição não pode descer da cabine, se desembarcar em território alheio a Moçambique terá de cumprir 14 dias de quarentena", primeiro no país onde entrar e depois no Estado para onde regressar.

Ministério da Saúde ainda busca fonte de covid-19 na Província de Cabo Delgado



O Ministério da Saúde (MISAU) não tem dúvidas que o 10º paciente de covid-19 foi infectado na Península de Afungi, até este domingo (05) foram identificados 63 pessoas que tiveram contacto com o moçambicano de 61 anos de idade na Província de Cabo Delgado e na Cidade de Maputo, 15 amostras foram recolhidas contudo, 5 dias após o anúncio do caso positivo, ainda não foi encontrada a fonte do novo coronavírus no acampamento da petrolífera Total. Pelo 4º dia consecutivo Moçambique não registou nenhum novo caso positivo de covid-19 em Moçambique.

Texto: Adérito Caldeira continua Pag. 04 →

Mais irrealista Plano Quinquenal do Governo que Moçambique já teve aprovado em 1 dia

Os deputados do partido Frelimo da IX Legislatura protagonizaram a mais rápida aprovação de um Plano Quinquenal do Governo (PQG) da nossa jovem democracia que em simultâneo é o mais irrealista que Moçambique já teve, por não refletir o impacto do covid-19 que já está afectar grandes opções económicas do 2º mandato de Filipe Nyusi: o Turismo onde se aguardam 13 milhões de visitantes está em falência, a indústria extractiva do carvão está quase parada, os investimentos no gás natural quase adiados e a utopia de acabar com a fome sem dinheiro para investir poderá tornar-se num pesadelo em 2024.

Texto: Adérito Caldeira

Em crise económica e financeira desde 2016, no ano passado Moçambique recuperou a esperança quando foi anunciado o maior investimento privado que África já teve de uma única só vez, o futuro melhor parecia possível mesmo sob os auspícios do partido libertador que se tornou corrupto. Era preciso esperar as Eleições Gerais, a posse do novo Governo a vida iria melhorar.

Mas ninguém viu o novo coronavírus chegar, aqui nem em nenhuma parte do mundo. As principais economias mundiais pararam e, enquanto o Parlamento chancelava o PQG que não reflecte nenhum impacto da pandemia do covid-19, a diretora do Fundo Monetário Internacional (FMI), Kristalina Georgieva,



afirmava que a recessão global decorrente do novo coronavírus já é uma realidade e que será "bem pior" que a crise financeira de 2008/2009, mas que escala e duração vão depender as acções tomadas pelos países.

Moçambique ainda não tomou

nenhum acção objectiva para minimizar o impacto económico e social da pandemia que ditou o adiamento de um novo Programa Financeiro com o FMI que por esta altura poderia estar a ser em avançadas negociações.

No Turismo, continua Pag. 04 →



A verdade em cada palavra.

Para estar sempre actualizado sobre o que acontece no país e no globo siga-nos no

twitter.com
@verdademz



ANUNCIE AQUI
todos os dias

Contacta os nossos serviços comerciais pelo e-mail averdademz@gmail.com



→ continuação Pag. 03 - Ministério da Saúde ainda busca fonte de covid-19 na Província de Cabo Delgado

No 1º dia do mês de Abril foi anunciada a primeira infecção local em Moçambique fora da Cidade de Maputo. Trata-se de um cidadão moçambicano de 61 anos de idade que começou a sentir-se mal no dia 27 de Março, enquanto trabalhava nas instalações do projecto de gás natural na Área 1 da Bacia do Rovuma na Península de Afungi. O indivíduo regressou a Cidade de Maputo a 29 de Março, dia em que fez um teste ao covid-19 num laboratório privado e 3 dias depois obteve o resultado positivo.

O Dr. Eduardo Samo Gudo Júnior anunciou que: "A equipe mista composta por especialistas do Instituto Nacional de Saúde (INS), da Direcção Nacional de Saúde que vem de nível Central que se juntaram aos profissionais da Direcção Provincial de Saúde já estão no seu 3º dia de trabalho no terreno, tem trabalhado intensamente porque sabemos que o tempo e a velocidade são importantes para podermos conter os casos (de covid-19). Neste momento temos um cumulativo de 63 contactos identificados, relacionados ao funcionário da Total que foi



confirmado positivo, no global passamos para 193 contactos incluindo aos relacionados aos restantes doentes na Cidade de Maputo".

Falando em conferencia de imprensa na Cidade de Maputo, neste domingo (05), o Dr. Samo Gudo precisou que dos 63 contactos identificados, "metade foram no acampamento (em Afungi) e os restantes foram principalmente na Cidade de

Maputo".

Doutorando em Imunologia de Retrovirus Humanos o Dr. Eduardo Samo Gudo Júnior explicou que "um contacto é um indivíduo que teve uma interacção directa, cara a cara, com um indivíduo que é positivo por pelo menos 15 minutos. Ou um indivíduo que teve um contacto físico, uma saudação, um abraço, beijinho ou aperto de mão. A terceira condição é quando

houve troca de objectos com um indivíduo confirmado positivo e ainda quando um indivíduo cuidou de um outro que foi confirmado como sendo positivo. Estes contactos são aqueles que aconteceram desde 2 dias antes do início dos sintomas do indivíduo que foi confirmado como positivo".

Pelo 4º dia consecutivo testes aos casos suspeitos de covid-19 em Moçambique deram resultados negativos

O director-geral adjunto do INS declarou que nenhum teste ao covid-19 foi ainda realizado a qualquer um dos contactos. "Neste momento temos 15 amostras já colhidas, e o trabalho continua de maneira intensiva".

"O primeiro envio das amostras será feito amanhã de manhã e serão testadas no mesmo dia, porque para nós é importante que possamos acumular um numero suficiente de amostras para que eles sejam testadas em bulk. O mais importante é manter o indivíduo em quarentena, todos os contactos tem que ficar em quarentena. O segundo en-

vio (de amostras) será feito na quarta-feira, quando a equipa regressar a Maputo", clarificou o Dr. Samo Gudo, dando a entender que talvez nesta segunda-feira (06) possa ser identificada a fonte do novo coronavírus na Província de Cabo Delgado.

Entretanto, pelo 4º dia consecutivo, os testes aos casos suspeitos de covid-19 em Moçambique deram resultados negativos. "Através dos resultados do Instituto Nacional de Saúde até hoje, 5 de Abril de 2020, foram testados 363 casos suspeitos, dos quais 22 nas últimas 24 horas. Os casos suspeitos testados, nas últimas 24 horas, todos revelaram-se negativos para o novo coronavírus. O nosso país continua com os 10 casos que nós tínhamos, 3 de transmissão local e 7 importados" anunciou a Directora Nacional de Saúde Pública que na véspera anunciou que dentre "os 10 casos positivos testados em Moçambique um já foi completamente recuperado e dado como curado".

De acordo com o Ministério da Saúde estão neste momento em quarentena em Moçambique 7.614 cidadãos.

→ continuação Pag. 03 - Mais irrealista Plano Quinquenal do Governo que Moçambique já teve aprovado em 1 dia

uma das cinco opções económicas de desenvolvimento, o sonho de Filipe Nyusi é aumentar os 1,8 milhão de turistas, que nunca visitaram Moçambique, para 12,9 de visitantes em 2024.

No que a infra-estruturas diz respeito são milhares as elencadas no PQG, que ficaram por fazer no quinquênio passado, e vão desde a barragem de Moamba Major,

a Fábrica Flutuante da Eni a liquefazer o gás natural existente no Campo de Coral Sul e iniciar a exportação, que pelo menos sejam concluídas duas unidades de liquefação do gás natural existentes nos Campos de Golfinho/Atum e seja iniciada a construção das infra-estruturas do que vão extrair e processar o gás natural existente nos Campos de Mamba/Prosperidade.



passando pela manutenção de dezenas de milhares de quilómetros de estradas, reconstrução da Linha férrea de Machipanda, terminar o inviável aeroporto de Chongoene, edificação de milhares de sistemas de abastecimento de água e outras fontes do precioso líquido, latrinas melhoradas, fossas sépticas, salas de aulas para os ensinos primário e secundário, terminar os hospitais gerais, provinciais e distritais e até requalificar o complexo desportivo do Zimpeto.

Com a indústria extractiva do carvão mineral em declínio, mesmo antes do surgimento do novo coronavírus, a esperança de Filipe Nyusi é que antes de terminar o seu 2º mandato consiga ver

O drama é que não só os Campos de Golfinho/Atum estão infectados pelo covid-19 como os preços do petróleo despenaram para níveis que não tornam atractivos novos investimentos em energias alternativas, principalmente com o mundo em recessão. Se a Empresa Nacional de Hidrocarbonos já não conseguia financiamento agora será quase impossível obtê-lo, pelo menos a condições que não entrem ainda mais em dívidas os sonhos dos moçambicanos.

Sem as receitas da indústria extractiva ou do turismo os milhões do Banco Mundial não serão suficientes para transformar a agricultura e alavanca-la para acabar com a fome em Moçambique.

Para prevenir covid-19 nas penitenciárias Presidente Nyusi quer amnistiar condenados até um ano de prisão

Em mais uma medida preventiva a propagação do covid-19 em Moçambique o Presidente da República, Filipe Nyusi, submeteu à Assembleia da República uma lei para reduzir a superlotação das penitenciárias amnistiando os condenados por "crimes puníveis com pena de prisão até um ano e perdão das penas até um ano de prisão", exceptuando os homicidas, violadores de menores, raptos, traficantes de pessoas e de drogas assim como os terroristas.

Texto: Redacção

A população de condenados ultrapassa os 21 mil reclusos para uma capacidade de cerca de 10 mil ocupantes nas penitenciárias nacionais e por isso o Governo considera-as "local de alto risco para propagação de doenças infecciosas, dentre as quais a covid-19".

Um comunicado da Presidência da República indica que o Chefe de Estado remeteu na passada sexta-feira (03) "à Assembleia da República, a proposta de Lei de Amnistia dos crimes puníveis com pena de prisão até um ano e perdão das penas até um ano de prisão".

O Presidente Nyusi apela "às autoridades judiciárias a prosseguirem com a eficiência e celeridade processual, primando, sempre que possível, pelas medidas alternativas à prisão, o que poderá concorrer para o alívio dos estabelecimentos penitenciários" e adicionalmente pede "à sociedade civil e às autoridades comunitárias para que acolham, com carinho, os nossos compatriotas, ajudando-os a reintegrarem-se na sociedade".



A proposta, analisada pelo @Verdade, ressalva que a futura Lei de Amnistia não vai abranger os condenados por homicídio voluntário, violação sexual de menores, rapto, tráfico de pessoas, tráfico de estupefacientes e substâncias psicotrópicas nem aos presos por terrorismo e financiamento ao terrorismo.

O perdão presidencial não extingue a "responsabilidade civil emergente dos factos praticados" e será "concedido sob a condição resolutive de o beneficiário não come-

ter qualquer crime doloso dentro dos cinco anos subsequentes à data da sua restituição à liberdade, caso em que a pena corresponde ao delito superveniente acrescerá a parte da pena perdoadada, na parte que não tenha sido cumprida".

O @Verdade apurou que as comissões especializadas da Assembleia da República trabalharam durante o fim-de-semana para emitir os necessários pareceres à proposta de Lei de Amnistia que poderá ser aprovada ainda durante esta semana.

Amnistia de Nyusi vai colocar fora das penitenciárias 5 mil criminosos

Como era expectável os deputados da Assembleia da República aprovaram consensualmente, nesta segunda-feira (06), a Lei de Amnistia submetida pelo Presidente Filipe Nyusi. Aproximadamente 5 mil criminosos serão colocados fora das penitenciárias de Moçambique como medida de prevenção da covid-19.

Texto: Redacção

Pelo menos 5.302 criminosos, nacionais e estrangeiros, condenados a cumprirem penas até 1 ano de prisão até ao dia 31 de Março de 2020 vão regressar as ruas alegadamente como forma de impedir a propagação da pandemia da covid-19 nas superlotadas nas penitenciárias moçambicanas.

Não serão abrangidas por esta amnistia os criminosos que cumprem penas por homicídio voluntário, violação sexual de menores, rapto, tráfico de pessoas, tráfico de estupefacientes e substâncias psicotrópicas nem aos presos por terrorismo, financiamento ao terrorismo, branqueamento de capitais, crimes de peita, suborno e corrupção, crimes contra a segurança exterior do Estado e os condenados por crimes contra a organização do Estado.

Aprovada por consenso pelos deputados dos partidos Frelimo, Renamo e MDM a Lei da Amnistia foi promulgada no mesmo dia pelo Presidente da República, Filipe Nyusi.

Cobertura em tempo real sobre pandemia #covid19 #Moçambique @DemocraciaMZ



twitter.com @DemocraciaMZ

“Nenhum ventilador vai nos salvar desta pandemia, vamos investir na prevenção” da covid-19 apela Dr. Samo Gudo que desvaloriza projecção do Imperial College



O director-geral adjunto do Instituto Nacional de Saúde (INS) minimizou o facto de Moçambique possuir apenas 34 ventiladores para 30 milhões de habitantes. “Temos que aproveitar a oportunidade para investir na prevenção, porque nenhum ventilador vai nos salvar desta pandemia”, apelou nesta segunda-feira (06) o Dr. Eduardo Samo Gudo Júnior que desvalorizou a projecção do Imperial College de Londres que indicava que mesmo que Moçambique avançasse para um “lockdown” poderiam ser registados 9 mil óbitos.

Texto: Adérito Caldeira continua Pag. 06 →

Escolas privadas e encarregados de educação devem encontrar consenso “justo” sobre mensalidades durante o Estado de Emergência em Moçambique

O MINED não pretende intervir na decisão sobre o pagamento, ou não, das mensalidades às escolas privadas que estão encerradas durante pelo menos o primeiro mês do Estado de Emergência em Moçambique. “Orientamos as escolas privadas para junto com os pais e encarregados de educação para sentarem e terem um diálogo mais franco, mais aberto e mais justo de como podem resolver a situação”, explicou a directora nacional da Nutrição e Saúde Escolar. Porém o @Verdade apurou que ao abrigo do Código Civil os encarregados de educação não são obrigados a pagar mensalidades por quebra de contrato.

Texto: Adérito Caldeira

Confrontada pelo @Verdade com o drama dos pais e encarregados de educação dos mais de 250 mil alunos que frequentam os ensinos primários e secundários em escolas privadas e cujos educandos não estão a ter aulas presenciais durante o mês de Abril, pela vigência do Estado de Emergência para prevenção da pandemia da covid-19, a directora nacional da Nutrição e Saúde Escolar no Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano (MINED), Arlinda Chiquisse, deixou claro que a instituição não vai intervir.

“Em relação as escolas privadas que estão a cobrar mensalidades, nós como Ministério da



Educação orientamos as escolas privadas para junto com os pais e encarregados de educação para sentarem e terem um diálogo mais franco, mais aberto e mais justo de como podem resolver a situação.”

continua Pag. 06 →



CA
PAZ
ES

A verdade em cada palavra.

Para estar sempre actualizado sobre o que acontece no país e no globo siga-nos no

twitter.com @verdademz



ANUNCIE AQUI todos os dias

Contacta os nossos serviços comerciais pelo e-mail averdademz@gmail.com



O Jornal mais lido em Moçambique.

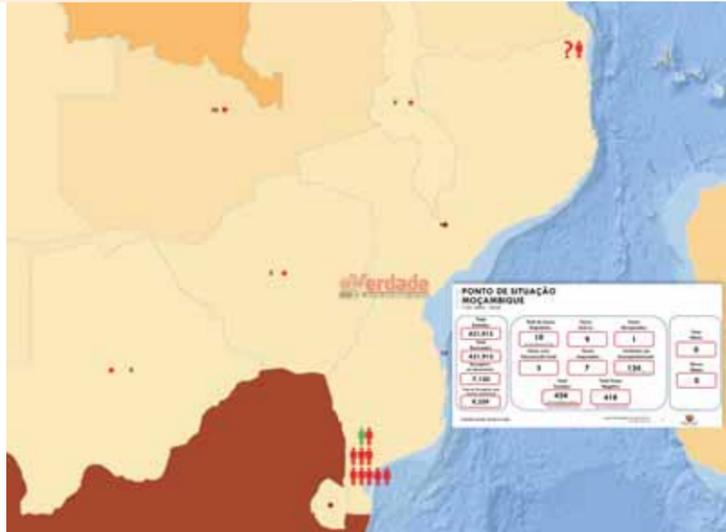
→ continuação Pag. 05 - "Nenhum ventilador vai nos salvar desta pandemia, vamos investir na prevenção" da covid-19 apela o Dr. Samo Gudo que desvaloriza projecção do Imperial College

Desde o passado dia 1 de Abril que Moçambique não regista nenhum novo caso positivo do novo coronavírus, mantendo os 10 infectados dentre os quais um ficou curado e os restantes estão em isolamento domiciliar. Embora ainda não tenha sido necessário o internamento de nenhum doente o director-geral adjunto da instituição que realiza os testes do Sistema Nacional de Saúde foi confrontado com a existência de apenas 34 ventiladores em todo o país, instrumento vital para a recuperação dos pacientes graves de covid-19.

O Dr. Eduardo Samo Gudo Júnior minimizou mais esta precariedade da Saúde, num país onde uma unidade sanitária atende cerca de 10 mil pessoas. "Temos que aproveitar a oportunidade para investir na prevenção, porque nenhum ventilador vai nos salvar desta pandemia. Está demonstrado que os países que decidiram investir em ventiladores sem prevenção hoje não tem suficientes para a demanda, é preciso anteciparmos nas medidas para não termos de precisar de ventiladores".

"Nós não queremos sequer usar ventiladores, vamos investir na prevenção e assegurar que todos nós cumpramos com as medidas anunciadas pelo Executivo, se fizermos isso eventualmente não iremos precisar de ventiladores", enfatizou.

Também confrontado com uma projecção de uma instituição



académica britânica que previu que se o Governo de Filipe Nyusi apenas declarasse o Estado de Emergência 37 por cento da população poderia ser infectada pelo covid-19 e 30 mil poderiam morrer. A projecção do Imperial College de Londres indicou ainda que mesmo numa situação de "lockdown" pelo menos 11 por cento da população ficaria infectada e nosso país iria registar 9 mil óbitos.

Dr. Eduardo Samo Gudo Júnior desvaloriza projecção do Imperial College de Londres

"Nós não podemos assumir as projecções por uma razão muito simples, a projecção publicada pelo grupo da Imperial College de Londres é importante mas tem alguns aspectos que temos

de interpretar com alguma cautela. A projecção é feita com base num modelo matemático onde nós colocamos várias opções, há pressupostos que tem de ser considerados em Moçambique que podem fazer com que os números sejam superiores ou inferiores", começou por clarificar o director-geral adjunto do INS.

O Dr. Samo Gudo nomeou alguns pressupostos que não terão sido levados em conta pelos académicos britânicos: "Por exemplo, a população moçambicana é maioritariamente jovem, comparativamente a população do Ocidente, 65 por cento da população é rural, onde a mobilidade é menos, são pressupostos que têm de ser considerados e há medidas que já estão a ser implementadas que vão ter impacto nos pressupostos da projecção".

"As estimativas de há dez dias atrás, antes da declaração do nível 3 (Estado de Emergências) já não tem os mesmos pressupostos de hoje", concluiu o académico moçambicano que é Doutorando em Imunologia de Retrovirus Humanos.

Primeiro relatório preliminar sobre covid-19 na Província de Cabo Delgado "em princípio na quinta-feira"

Relativamente as investigações para determinar como foi infectado o 10º paciente de covid-19 em Moçambique o director-geral adjunto do INS explicou ter as amostras de 30 contactos identificados na Península de Afungi, na Província de Cabo Delgado, só chegaram no início da tarde de segunda-feira (06) a Cidade de Maputo. "Recebi informação há poucos minutos que o voo proveniente de Pemba, com cerca de 30 amostras, acabou de aterrar e essas amostras serão testadas ainda hoje no turno da noite, portanto amanhã em princípio iremos partilhar esses resultados".

"Esta é uma investigação complexa, uma investigação epidemiológica tem uma metodologia complexa e exaustiva com vista a assegurar que a conclusão que nós tirarmos seja final, não pode ser feita de ânimo leve", declarou o Dr. Eduardo Samo Gudo Júnior que clarificou ser necessário "ligar os resultados das amostras com os resultados dos

questionários que foram feitos, é preciso entender a dinâmica dos contactos e relacionar com os resultados, neste momento a investigação está a decorrer e nós esperamos ter o primeiro relatório preliminar em princípio na quinta-feira".

Nesta terça-feira (07), apesar de ter assegurado que "recebemos 33 amostras (na noite segunda-feira, 06), iniciamos o processo de testagem e ainda não cumprimos as 24 horas, teremos os resultados dentro de 2 a 3 horas (...) a equipa em Cabo Delgado está em fase de término de colheita das amostras dos indivíduos adicionais e regressa a Maputo amanhã (quarta-feira, 08) com o 2º lote de amostras que também serão testadas", continua por ser identificada a fonte de infecção do 10º paciente da covid-19 e não foi diagnosticado nenhum infectado pelo novo coronavírus na Província de Cabo Delgado.

O @Verdade apurou que entre os 57 testes realizados entre segunda e terça-feira, o maior número já realizado num único dia em Moçambique, 47 foram testes a crianças moçambicanas num evidente alargamento da base da testagem para quadros respiratórios mais leves para detectar possível circulação do Coronavírus, no entanto as autoridades indicam que os casos de doenças respiratórias não tem aumentado significativamente nas unidades sanitárias moçambicanas.

→ continuação Pag. 05 - Escolas privadas e encarregados de educação devem encontrar consenso "justo" sobre mensalidades durante o Estado de Emergência em Moçambique

rem e terem um diálogo mais franco, mais aberto e mais justo de como podem resolver a situação. O Ministério da Educação está a espera da informação que as escolas (privadas) sobre os consensos que tenham alcançado", esclareceu Arlinda Chaquisse em conferência de imprensa na passada sexta-feira (03).

O Código Civil, no número 1 do seu artigo 428, estabelece que: "Se nos contratos bilaterais não houver prazos diferentes para o cumprimento das prestações, cada um dos contraentes tem a faculdade de recusar a sua prestação enquanto o outro não efectuar a que lhe cabe ou não oferecer o seu cumprimento simultâneo".

Em palavras mais simples se os alunos não recebem as aulas presenciais que é o que os pais contrataram não seria lícito que não paguem a mensalidade referente a esse mês, porém advogados consultados pelo @Verdade não são unânimes embora concordem que deve haver negociação entre as escolas privadas e os pais e encarregados de educação dos seus alunos afinal em grande parte das escolas do ensino primário privado a propina refere-se não só as aulas presenciais mas também ao custo da alimentação disponibilizada aos alunos.

Relativamente ao ensino público a directora nacional da Nutrição e Saúde Escolar no MINED revelou que esta semana as aulas da teleescola enfim deverão ser alargadas às rádios e deixou claro que nas escolas públicas as fichas de exercícios que estão a ser preparadas para manter os alunos ocupados durante a quarentena domiciliar devem ser disponibilizadas sem custos para os pais e encarregados de educação.

"A orientação que se dá não é para venda de fichas, as fichas são para serem distribuídas aos alunos. Se existem escolas que estão a vender estas fichas nós apelamos aos pais para fazerem chegar esta informação ao Ministério da Educação e as outras entidades que tem missão de velar pelas normas institucionais. O que não pode acontecer durante este período de emergência é haver aproveitamento da situação", declarou Arlinda Chaquisse.

Parlamento duplica orçamento, cada deputados da VIII Legislatura vai embolsar 4 milhões de meticais

A Assembleia da República mais do que duplicou o orçamento para o seu funcionamento em 2020, ultrapassando os 2,8 biliões de meticais. Quase metade das despesas aprovadas nesta segunda-feira (06) são para "reintegração" de todos os supostos "representantes do povo" durante a VIII Legislatura. O @Verdade apurou que cada um dos deputados dos partidos Frelimo, Renamo e MDM vai embolsar cerca de 4 milhões de meticais.

Texto: Adérito Caldeira

São 2.837.302.422,55 meticais que a "Casa do Povo" já está a agastar desde que iniciou a IX Legislatura, a 13 de Janeiro último, mais do dobro do orçamento de 2019 que foi de 1,3 bilião de meticais.

O @Verdade descortinou que deste bolo a fatia mais pequena, cerca de 187 milhões, são para o pagamento dos salários dos funcionários do Secretariado Geral da Assembleia da República, que embora trabalhem muito mais do que 8 horas e muitas vezes sem fim-de-semana são equiparados aos funcionários públicos que picam o ponto as 7h30 e desaparecem as 15h30.

Outra fatia pequena é para bens e serviços de funcionamento do Parlamento, cerca de 120 milhões de meticais.

Para a remuneração dos ilustres deputados da nova Legislatura a fatia ascende ao bilião de meticais. São 375 milhões para salários dos 250 "representantes do povo" que ainda vão embolsar 138 milhões em subsídios de círculo eleitoral, encaixam 105 milhões em senhas de presença acrescidos de 110 milhões em subsídios de renda de casa e de transporte, e ainda há 85 milhões reservados como subsídio de instalação dos estreantes



eleitos a 15 de Outubro de 2019.

pensões dos deputados aposentados.

Mas a fatia maior do orçamento deste ano, aprovado com os votos favoráveis do partido Frelimo e abstenções da Renamo e do Movimento Democrático de Moçambique, será gasta em "transferências correntes". São 1,4 bilião de meticais para assistência médica e medicamentosa, quotas em organismos internacionais onde o Parlamento moçambicano é membro, subsídio de funeral e por morte e ainda

Contudo o @Verdade apurou grande parte das "transferências correntes" é destinada a reintegração dos 250 deputados que representaram os partidos Frelimo, Renamo e MDM durante a VIII Legislatura. É mais de 1 bilião de meticais que repartido, equitativamente, dá uma "bolada" de 4.108.152,56 meticais para cada um, inclusivamente para os deputados da legislatura passada que continuam da Assembleia da República.

Presidente Nyusi vai gastar mais 14 biliões das Mais-Valias da Total

Enquanto vai adiando a criação do Fundo Soberano dos moçambicanos o Presidente Filipe Nyusi continua a gastar as poucas Mais-Valias que tem sido obtidas da exploração dos recursos naturais e no seu Orçamento de Estado de 2020 mais uma porção significativa vai ser gasta para "cobertura do défice".

Texto: Adérito Caldeira



Depois de usar 5,2 biliões para a campanha da sua reeleição em 2019 o Presidente Nyusi vai voltar a usar mais uma parte das Mais-Valias de 54,1 biliões de meticais, obtidas do negócio de aquisição da percentagem da petrolífera Anadarko no projecto de gás natural da Área 1 da Bacia do Rovuma pela petrolífera Total.

Com um défice acima dos 100 biliões de meticais o @Verdade apurou na Orçamento de Estado para 2020 que o Governo de Nyusi prevê usar mais 14,3 biliões de meticais para fazer "face a necessidade de garantir a cobertura do défice".

Recorde-se que o Executivo tem adiado a criação de um Fundo Soberano para gestão transparente das Mais-Valias que o país tem obtido, e poderá ainda obter, da exploração dos recursos naturais com o argumento de estar a fazer auscultações aos vários sectores da sociedade com vista a chegar a consenso sobre o modelo a ser adoptado. A verdade é que entretanto o dinheiro está a ser gasto de forma pouco transparente.

Há transmissão local de covid-19 na Província de Cabo Delgado, fonte do vírus não foi encontrada porém Moçambique não faz "lockdown" da Total. Detectado mais um caso importado de Portugal na Cidade de Maputo



O director-geral do Instituto Nacional de Saúde (INS) confirmou nesta quarta-feira (08) a existência de casos positivos de covid-19 na Província de Cabo Delgado. São cinco moçambicanos e um estrangeiro que estiveram em contacto com o 10º infectado pelo novo coronavírus na Península de Afungi. "Todos os contactos mapeados estão em quarentena, sendo 35 no acampamento em Afungi, 17 nas cidades de Maputo, Nampula e Pemba, e 14 destes contactos encontram-se fora do país", revelou o Dr. Ilesh V. Jani que esclareceu que será muito difícil identificar a fonte externa do vírus nos três acampamentos da petrolífera Total onde trabalharam pelo menos mil pessoas e não estão em "lockdown". Foi ainda detectado mais um caso no novo coronavírus importado de Portugal na Cidade de Maputo.

Texto: Adérito Caldeira continua Pag. 08 →

Banco Mundial e FMI injectam 21 biliões de meticais no Orçamento de Estado de 2020

O Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI) vão injectar pouco mais de 21 biliões de meticais no Orçamento do Estado de 2020 como de apoio de mitigação do impacto da pandemia da covid-19 em Moçambique.

Texto: Adérito Caldeira

No seguimento do apelo feito pelo Governo de Filipe Nyusi aos Parceiros de Cooperação internacional estão quase assegurados os apoios do Banco Mundial assim como do FMI em dinheiro fresco para mitigar os primeiros impactos económicos do novo coronavírus no nosso país.

O @Verdade apurou, na proposta de OE para este ano, que "(...) está previsto o Apoio Directo ao Orçamento sob o financiamento do Fundo Monetário Internacional e



continua Pag. 08 →



A verdade em cada palavra.

Para estar sempre actualizado sobre o que acontece no país e no globo siga-nos no

twitter.com/verdademz



ANUNCIE AQUI
todos os dias

Contacta os nossos serviços comerciais pelo e-mail averdademz@gmail.com



O Jornal mais lido em Moçambique.

→ continuação Pag. 07 - Há transmissão local de covid-19 na Província de Cabo Delgado, fonte do vírus não foi encontrada porém Moçambique não faz "lockdown" da Total. Detectado mais um caso importado de Portugal na Cidade de Maputo

"A investigação realizada pelas nossas equipas permitiu o mapeamento de 66 contactos, dos quais 64 do meio profissional do primeiro caso positivo (10º paciente) e dois no meio familiar. Todos os contactos mapeados estão em quarentena, sendo 35 no acampamento em Afungi, na Província de Cabo Delgado, e 17 nas cidades de Maputo, Nampula e Pemba, e 14 destes contactos encontram-se fora do país em cinco países, concretamente na África do Sul, na Austrália, na Nova Zelândia, no Reino Unido e nos Estados Unidos da América", revelou em conferência de imprensa o Dr. Ilesh V. Jani.

De acordo com o responsável máximo do INS "foram submetidos a testagem 32 contactos no acampamento da Total em Afungi, dos quais 27 revelaram-se negativos e cinco positivos para o coronavírus".

"Portanto cinco dos seus casos positivos que hoje anunciamos relacionados com esta investigação são casos que se encontram no acampamento em Afungi. Entre os 17 contactos que se encontram fora do acampamento, foram testados nove, sendo oito negativos e um positivo aqui na Cidade de Maputo. Ainda hoje, o Instituto Nacional de Saúde vai receber mais 11 amostras que serão objecto de testagem e daremos oportunamente a conhecer os respectivos resultados", detalhou.



Não existindo dúvidas que o novo coronavírus entrou na Província de Cabo Delgado vindo do exterior, muito provavelmente trazido por um dos expatriados que trabalha para a petrolífera Total no projecto Mozambique LNG de exploração de gás natural na Área 1 da Bacia do Rovuma, o Dr. Jani admitiu que não foi encontrado quem infectou o 10º paciente, afinal a transmissão do novo coronavírus "inicia muitas vezes antes sequer do paciente tornar-se sintomático, antes de desenvolver algum sintoma". Além disso o @Verdade apurou que a petrolífera Total não está a facilitar o rastreamento dos seus funcionários estrangeiros ou que estiveram fora de Moçambique que levou o covid-19 para a Península de Afungi.

"É por isso que os países, incluindo Moçambique, implementaram as medidas de distanciamento social, não há como saber se a pessoa que está ao seu lado é ou não é uma pessoa que está a incubar o coronavírus e portanto pode transmitir o vírus, por isso é importante o cumprimento das medidas de higiene e de distanciamento social", apelou o médico moçambicano.

Detectado mais um caso importado de Portugal na Cidade de Maputo

O director-geral do INS clarificou que "os trabalhadores da Total que foram diagnosticados como positivos para o coronavírus estão em vários grupos etários, são todos do sexo masculino. Dos seis trabalha-

dores cinco são de nacionalidade moçambicana e um de nacionalidade estrangeira".

"Os contactos do 10º paciente estão nas cidade de Maputo, em Nampula, Pemba e no acampamento em Afungi. Nós já completamos a testagem dos contactos do 10º paciente em Maputo e em Nampula. Em Nampula são todos negativos, em Maputo um deles foi positivo para o coronavírus. As amostras dos contactos do 10º paciente que são residentes na Cidade de Pemba estão a caminho do Instituto Nacional de Saúde e serão testadas logo que chegarem na noite de hoje", acrescentou o Dr. Ilesh V. Jani tendo esclarecido que nenhum dos três acampamentos da petrolífera Total na Península de Afungi foi encerrado completamente, colocado no chamado "lockdown".

O encerramento completo das operações da Total na Província de Cabo Delgado é uma decisão política com imensas implicações económicas, particularmente após a ExxonMobil ter adiado a sua Decisão Final de Investimento que estava prevista para 2020, por causa dos efeitos globais desta pandemia.

Ainda na conferência de imprensa desta quarta-feira (08), o responsável da instituição pública que realiza os testes ao covid-19 em Moçambique revelou que um

outro caso positivo foi identificado na Cidade de Maputo, "é um caso importado de um indivíduo de nacionalidade moçambicana que chegou vindo de Lisboa, Portugal".

Com sete novos infectados, que elevam para 17 o cumulativo de casos, nove de transmissão local e oito importados, um dos quais um moçambicano que ficou curado, e com os 16 infectados estão em tratamento domiciliar em regime de isolamento Moçambique ainda está num cenário de "casos esporádicos". Projeções iniciais das autoridades de Saúde indicavam que neste cenário 2 poderiam existir até 2 mil contactos, um óbito e quatro em estado grave.

Nada disso ainda aconteceu e por isso o Dr. Ilesh V. Jani acredita que Moçambique ainda está longe de um cenário grave de transmissão comunitária, contudo "essa possibilidade não pode ser eliminada, portanto queremos recordar que a transmissão deste vírus pode ocorrer a partir de indivíduos que são pré-sintomáticos, a partir de indivíduos que tem uma infecção ligeira, recorde que oito em cada dez infectados tem uma infecção ligeira e esses indivíduos se não obedecerem as medidas de higiene e de distanciamento social potencialmente podem transmitir o vírus a outros membros da comunidade".

→ continuação Pag. 07 - Banco Mundial e FMI injectam 21 biliões de meticais no Orçamento de Estado de 2020

do Banco Mundial no âmbito do apoio ao Governo para fazer face ao impacto do covid-19, no valor de 21 biliões de meticais, equivalente a 2,1 por cento do Produto Interno Bruto".

Quadro 6. Previsão dos Recursos Externos

	2018			2019			2020		
	CGE	LEI	PROP.	CGE	LEI	PROP.	CGE	LEI	PROP.
	Em Milhões de MT						Em % do PIB		
Recursos Externos	52,588.1	71,465.5	67,007.1	5.9%	7.0%	6.6%			
Contravalores não consignados*			21,038.3			2.1%			
Donativos			41,048.3			1.0%			
Créditos			9,990.0			1.0%			
Donativos	17,671.7	27,740.5	19,985.4	2.0%	2.7%	2.0%			
Para Projectos	10,865.0	23,227.1	14,478.9	1.2%	2.3%	1.4%			
Fundo Comum	6,806.7	4,513.5	5,506.5	0.8%	0.4%	0.5%			
Créditos	34,916.4	43,724.9	25,983.4	3.9%	4.3%	2.6%			

O documento, aprovado na passada sexta-feira (03) em sessão extraordinária Conselho de Ministros e submetido no início desta semana ao crivo da Assembleia da República, indica que o equivalente a 11 biliões deverão ser disponibilizados pelo Banco Mundial, a título de donativo, e o equivalente a 9,9 biliões de meticais serão disponibilizados pelo FMI, em crédito.

Ainda no que diz respeito ao apoio internacional ao Orçamento de Estado deste ano o @Verdade descortinou que o Executivo de Nyusi está ainda a contar com mais 19,9 biliões em donativos e 25,9 biliões em créditos multilaterais e bilaterais para projetos específicos para o Orçamento de Estado.

Covid-19: Governo isenta IVA no óleo alimentar, produtos higiénicos e encargos fiscais

Enquanto o povo aguarda ansiosamente pelas medidas de Filipe Nyusi para assegurar a sua sobrevivência em casa durante o Estado de Emergência o Governo, como forma de começar a mitigar o impacto da covid-19 no sector produtivo, decidiu suspender o pagamento do IVA para o óleo e produtos higiénicos e ainda prorrogar a isenção dos encargos resultantes do atraso do pagamento de obrigações fiscais. Nesta quarta-feira (08) foram alteradas as medidas a aplicar aos Órgãos de comunicação social e ainda o regime de sanções.

Texto: Redacção

O Conselho de Ministro aprovou na semana passada, dentre várias medidas, a suspensão do pagamento do Imposto sobre o Valor Acrescentado para o óleo e

no. 13/2016 de 30 Dezembro, até Dezembro de 2020.

O @Verdade apurou que foi prorrogado o Decreto sobre a isenção do pagamento de encargos (multas, juros, taxas de execução fiscal) resultantes do atraso do pagamento de obrigações fiscais, até Dezembro de 2020.



produtos higiénicos não cobertos nos dispositivos em vigor, através da prorrogação da vigência da Lei

Foi ainda simplificado o licenciamento para a importação de bens essenciais e regularização fiscal à posterior e

suspensas as interpelações, constituições em mora e execuções decorrentes do incumprimento dos compromissos resultantes dos créditos bancários.

Entretanto nesta quarta-feira, em mais um sessão extraordinária, o Conselho de Ministros adicionou ao Decreto nº 12/2020 de 2 de Abril o encerramento de novos postos de entrada e saída de pessoas, impôs a obrigatoriedade do uso de máscaras de protecção do nariz e da boca em todos os transportes públicos e privados de passageiros, foi alterado o artigo relativo aos "Órgãos de comunicação social" e ainda ao regime de "sanções" pelo desrespeito do Estado de Emergência em Moçambique.

ANUNCIE AQUI
todos os dias

Contacta os nossos serviços comerciais
pelo e-mail averdademz@gmail.com

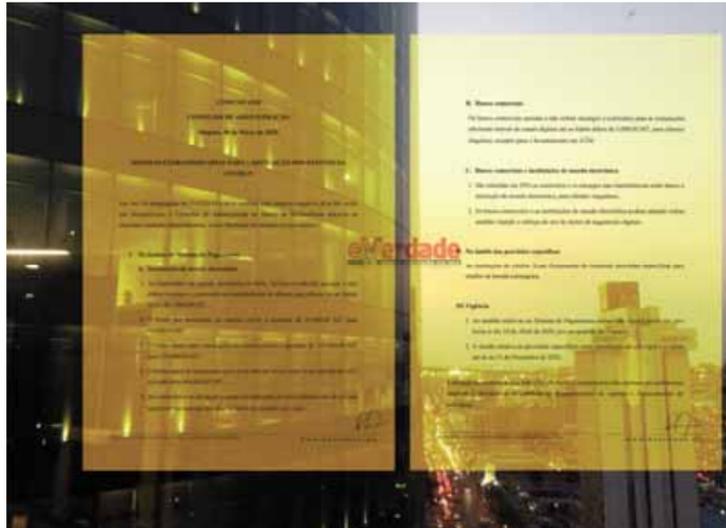
@Verdade
www.verdade.co.mz
O Jornal mais lido em Moçambique.

Medidas do Banco de Moçambique para reduzir impacto do covid-19 para o povo ainda não tem efeitos legais

As medidas que o Banco de Moçambique (BM) aprovou no passado dia 30 de Março para minimizar o impacto da pandemia da covid-19 no bolso do povo ainda não tem efeitos, e nem estão a ser cumpridas pela maioria das instituições financeiras, porque não foram ainda formalizadas legalmente.

Texto: Adérito Caldeira

“As instituições de moeda electrónica (e-Mola, M-Pesa e mKesh) passam a não cobrar encargos e comissões nas transferências de cliente para cliente até ao limite diário de 1.000 meticais; O limite por transacção na carteira móvel é ajustado de 25.000 meticais para 50.000 meticais; O limite diário para transacções na carteira móvel é ajustado de 125.000 meticais para 250.000 meticais; O limite anual de transacções para os clientes de Nível I (tier I) na carteira móvel é ajustado para 400.000 meticais”, anunciou o BM em comunicado.



O Banco de Moçambique decidiu ainda que: “Os bancos comerciais passam a não cobrar encargos e comissões para as transacções efectuadas através de canais digitais até ao limite diário de 5.000 meticais, para clientes singulares, excepto para o levantamento em

ATM” a ainda instruiu para a redução “em 50% as comissões e os encargos nas transferências entre banco e instituição de moeda electrónica, para clientes singulares”.

Porém o @Verdade apurou

que até a passada sexta-feira (03) a generalidade das instituições financeiras não estavam a aplicar estas medidas, aliás 9 dias depois das medidas anunciadas pelo Banco Central os banqueiros em Moçambique decidiram

agravar o custo do dinheiro aumentando a Prime Rate para 18,40 por cento.

“Numa perspectiva jurídico-legal, as medidas anunciadas não passam de uma mera proclamação de intenções por parte do Banco Central, dado que para elas produzirem efeitos legais devem, sob pena de nulidade, ser formalizadas através da publicação por avisos do Governador do Banco, que alterem os normativos actualmente em vigor, nomeadamente o Avido nº 13/GBM/2017, de 9 de Junho, com as alterações introduzidas pelo Aviso nº 19/GBM/2017, de 11 de Dezembro, sobre o Regime de Comissões e Encargos Relativos a Serviços Financeiros e respectiva Nomenclatura”, indica um parecer jurídico da empresa da SSP-Advogados, Lda a que o @Verdade teve acesso.

O @Verdade confirmou que até sexta-feira (03) nenhum aviso sobre estas medidas foi publicado pelo Banco de Moçambique, um pedido de esclarecimento aguarda resposta do Banco Central desde então.

A sociedade de advogados moçambicanos explica ainda no parecer, que produziu para os seus clientes, que enquanto o BM formalizar estas medidas os bancos comerciais e as instituições de moeda electrónica não são obrigados a adoptá-las pois, “se o fizerem estarão violando normas imperativas que regulam diversamente as matérias visadas pelo comunicado e expõem-se ao risco de um dia virem a ser sancionadas pelo próprio regulador”, que neste caso é o próprio Banco de Moçambique.

Autoridades não conseguiram identificar a fonte de covid-19 do 10º doente nem testar todos contactos

As autoridades de Saúde não conseguiram identificar a fonte da infecção do 10º doente com covid-19 em Moçambique. Também não foram testados, ainda, todos os contactos deste cidadão moçambicano tudo indica contraiu o novo coronavírus na Península de Afungi, na Província de Cabo Delgado.

Texto: Adérito Caldeira

“Em Moçambique, ao nível do Instituto Nacional de Saúde, até hoje, 03 de Abril de 2020, foram testados 317 casos suspeitos, dos quais 15 nas últimas 24 horas. Dos novos casos testados, todos revelaram-se negativos para o coronavírus. Assim, o nosso país continua com 10 casos positivos, sendo 3 de transmissão local e 7 importados”, anunciou em conferência de imprensa a Directora Nacional de Saúde Pública.

A Dra. Rosa Marlene não revelou se as equipas de Saúde que viajaram para a Província de Cabo Delgado identificaram o indivíduo que terá contaminado o cidadão moçambicano de 61 anos que contraiu o novo coronavírus numa das instalações do projecto de exploração de gás natural nos campo de Golfinho/Atum.

Um comunicado de imprensa da petrolífera Total, que lidera este projecto de gás natural na Área 1 da Bacia do Rovuma, revela que o seu trabalhador “começou a

sentir-se mal no dia 27 de Março enquanto trabalhava em Afungi (entre 9 e 29 de Março). O indivíduo regressou a casa no dia 29 de Março, e no regresso a Maputo, como medida de precaução, visitou uma unidade médica onde fez o teste de covid-19. O indivíduo colocou-se em quarentena domiciliária em Maputo desde o dia 29 de Março”.

No dia 1 de Abril, 3 dias depois da testagem num laboratório privado, as autoridades de Saúde anunciaram que o teste feito pelo trabalhador da Total foi positivo para covid-19.

Embora o ministro da Saúde tenha declarado na quinta-feira (02) que foram identificados os contactos do doente em Cabo Delgado e em Maputo e que os mesmos seriam testados nesta sexta-feira (03) nenhuma informação foi prestada sobre quantas pessoas estiveram em contacto com o 10º doente nem qual foi o resultado dos seus testes ao covid-19.

Moçambicano “completamente recuperado” da covid-19; identificados 31 contactos do 10º infectado

A Directora Nacional de Saúde Pública anunciou neste sábado (04) que “entre os 10 casos positivos testados em Moçambique um já foi completamente recuperado e dado como curado”. Pelo terceiro dia consecutivo os testes aos casos suspeitos de covid-19 deram resultados negativos porém ainda não foi testado nenhum dos contactos do paciente que contraiu o novo coronavírus na Província de Cabo Delgado.

Texto: Adérito Caldeira

De acordo com a Dra. Rosa Marlene “até hoje, dia 4 de Abril de 2020, tinham sido testados 338 casos suspeitos, dos quais 24 nas últimas 24 horas. Dos novos casos testados todos revelaram-se negativos para o covid-19. Nós continuamos com os 10 casos previamente reportados, sendo que três são de transmissão local e sete importados”.

“Gostaríamos de informar a sociedade moçambicana que entre os 10 casos positivos testados em Moçambique um já foi completamente recuperado e dado como curado”, anunciou em conferência de imprensa em Maputo a Directora Nacional de Saúde Pública que se escusou a identificar qual dos pacientes ficou curado indicando apenas que é um cidadão moçambicano.

A fonte do Ministério da Saúde indicou ainda que existem “196 contactos em acompanhamento dos quais ainda não se observou nenhuma anormalidade da sua saúde”, porém este cumulativo não inclui os cidadãos que esti-



veram em contacto com o moçambicano de 61 anos de idade que contraiu o covid-19 nas instalações da petrolífera Total na Península de Afungi, na Província de Cabo Delgado.

O director adjunto do Instituto Nacional de Saúde explicou durante a conferência de imprensa que as equipas que viajaram de Maputo para Cabo Delgado na sexta-feira (03) “já identificaram 31 contactos, que estão em seguimento, o processo de colheita de amostras já está a decorrer”, ressaltando no en-

tanto que “existem critérios para testagem dos contactos, Moçambique segue os critérios de definição de caso da Organização Mundial da Saúde, portanto todos os contactos que preencherem aquilo que nós chamamos de definição de caso serão testados”.

Sobre os 12 testes realizados em laboratórios privados há mais de 72 horas e que ainda não houve resultados o Dr. Eduardo Samo Gudo clarificou que “eles enviam as amostras para fora do país, é um processo mais longo”.

ANUNCIE AQUI
todos os dias

Contacta os nossos serviços comerciais
pelo e-mail averdademz@gmail.com

@Verdade
www.verdade.co.mz
O Jornal mais lido em Moçambique.

MISA alerta ameaça de sancionar “órgãos de comunicação social que veicularem informações sobre covid-19 contrárias às oficiais” viola Constituição

O Instituto da Comunicação Social da África Austral (MISA Moçambique), embora apoie os esforços visando o combate à pandemia do novo coronavírus que estão a ser empreendidos pelas autoridades moçambicanas, expressou preocupação relativamente ao facto do Presidente Filipe Nyusi não ter incluído na lista de serviços essenciais durante o Estado de Emergência o trabalho dos media e dos seus profissionais e pelo facto do Conselho de Ministros violar a Constituição ao ameaçar sancionar “os órgãos de comunicação social que veicularem informações sobre covid-19 contrárias às oficiais”.

Texto: Redacção

“Ainda que a lista de serviços essenciais apresentada no artigo 7 do Decreto Presidencial número 11/2020, de 30 de Março seja meramente exemplificativa, julgamos que teria sido um inequívoco sinal de compromisso com a democracia e o Estado de Direito Democrático se se tivesse cuidado de incluir, expressamente, o trabalho dos media e dos seus profissionais (jornalistas, fotojornalistas, cameramen, etc.) como serviço essencial. Introduzir isso nas comunicações públicas pode ajudar a mitigar esta situação”, assinala o MISA num documento publicado na passada sexta-feira (06).

Esta instituição que promove e defende a liberdade de expressão e de imprensa es-

tranha que “os delitos de imprensa não foram inclusos no leque dos expedientes processuais urgentes, conforme se constata da leitura do artigo 2 da Lei número 1/2020, de 31 de Março, quando na verdade o são. Não sendo descomunal a detenção arbitrária de jornalistas no nosso país, apelamos ao Presidente do Tribunal Supremo para que cuide de clarificar essa situação, através de uma instrução aos tribunais judiciais de Moçambique”, e por isso interpôs “uma providência cautelar ao Tribunal Supremo, através da qual se requer (a) a declaração expressa da imprensa ou comunicação social como um serviço essencial para os efeitos da implementação do estado de emergência; e a inclusão dos delitos de imprensa como

actos urgentes, nos termos do artigo 2 da Lei número 1/2020, de 31 de Março”.

O MISA Moçambique considera que não pode ser positivamente acolhido num Estado de Direito Democrático a declaração da ministra da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos que “Os órgãos de comunicação social públicos e privados devem reservar espaço na sua grelha de programação para informar sobre a pandemia do covid-19, nos termos a definir pelo Gabinete de Informação (GABINFO)”.

Considera o Instituto da Comunicação Social da África Austral “Que o GABINFO não possui jurisdição sobre a liberdade de imprensa, mesmo da dos jornalistas do

sector público, tal como se acha cristalino na norma do número 5 do artigo 48 da Constituição da República de Moçambique. E, quando se pretender que passe a ter, tal deverá ser empreendido por via da Constituição da República de Moçambique, uma vez ser em sede desta que esses direitos fundamentais se acham consignados”.

Ademais o MISA considera que “ao referir-se que “os órgãos de comunicação social que veicularem informações sobre COVID-19 contrárias às oficiais serão sancionados” está-se, por um lado, a violar a Constituição à luz do dia, ao mesmo tempo que, por outro lado, se coloca toda uma comunidade em incerteza e insegurança jurídicas, ao se fazer menção a sanções abs-

tractas, qual legalização da arbitrariedade, o que é absolutamente inaceitável”.

“Sendo certo que os órgãos de informação e seus profissionais devem desempenhar as suas funções com responsabilidade, zelo e integridade, assumindo os valores do patriotismo como parte do seu trabalho, não compete ao Governo, muito menos ao GABINFO, ditá-lhes o que fazer, daí apelarmos ao Governo para que cuide da subtração, do Decreto número 12/2020, de 2 de Abril, de todas as normas que se acham em flagrante desconformidade com a Constituição da República, que não está suspensa, em particular os números 4 e 5 do artigo 27”, concluiu o MISA Moçambique.

ANUNCIE AQUI

todos os dias

Contacta os nossos serviços comerciais pelo e-mail
averdademz@gmail.com



O Jornal mais lido em Moçambique.

Ficha Técnica

NAMPULA - Av. 25 de Setembro 57 A
Telemóvel+258 84 39 98 635

MAPUTO - Avenida Mao Tse Tung 479
Telemóvel+258 86 45 03 076

E-mail: averdademz@gmail.com

Jornal registado no GABINFO, sob o número 014/GABINFO-DEC/2008; Propriedade: Charas Lda; Fundador: Erik Charas.

Director: Adérito Caldeira; Director-Adjunto: Sérgio Labistour; NAMPULA - Delegado: Hélder Xavier; Director Gráfico: Nuno Teixeira; Periodicidade: Diário.